

Filosofia

Política,

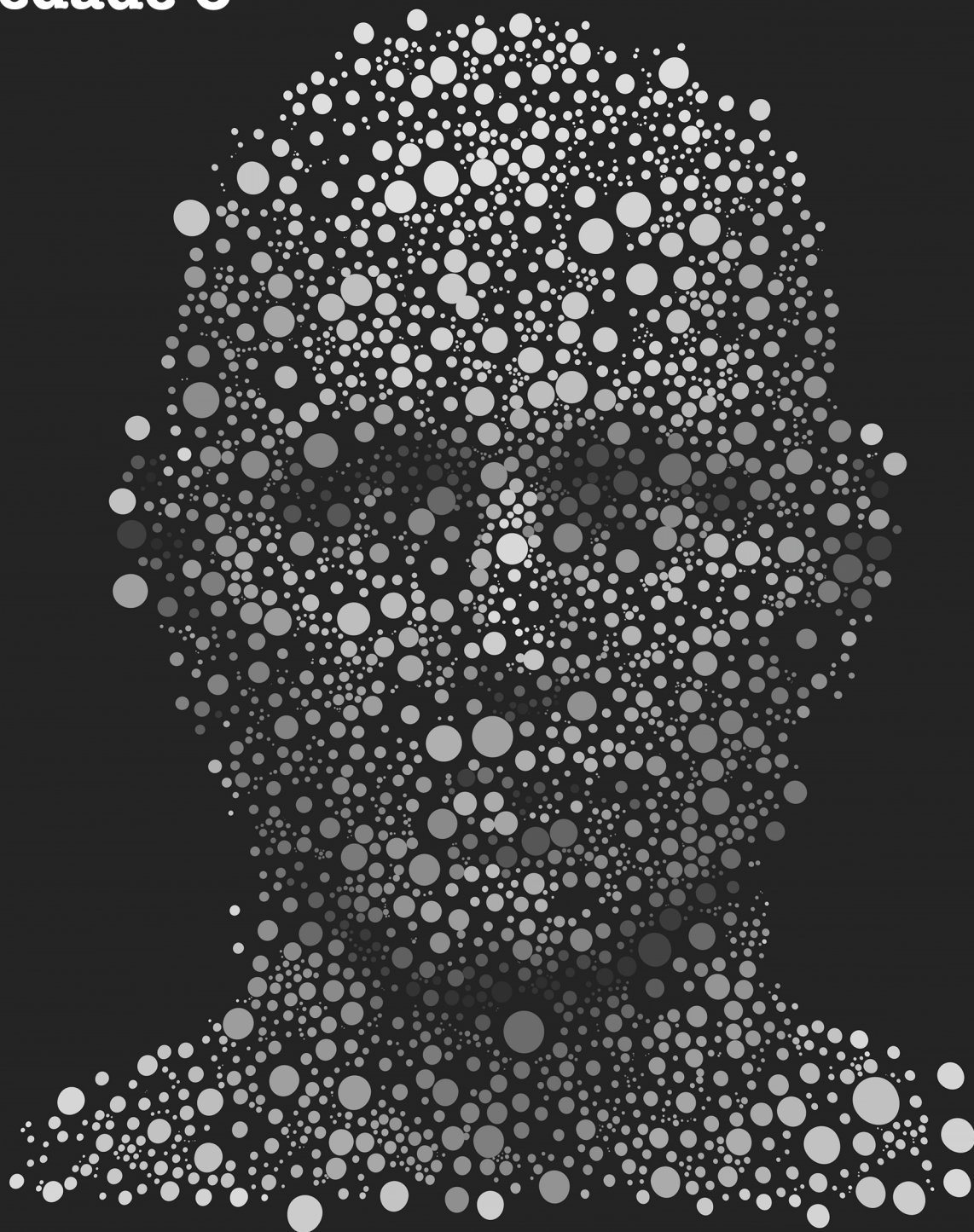
Educação,

Direito e

Sociedade 6

Atena
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 6 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-099-5

DOI 10.22533/at.ed.995190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904021	
CAPÍTULO 2	13
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GOIÁS	
Kênia Guimarães Furquim Camargo Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida Márcia Campos Moraes Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904022	
CAPÍTULO 3	24
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PESQUISAS STRICTO SENSU DO BRASIL	
Rayane de Jesus Santos Melo Milena Ross do Nascimento da Silva Mary Cidia Monteiro Sousa Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904023	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “DR. CARDOSO DE ALMEIDA” – BOTUCATU-SP (1953-1975).	
Laiene Okimura Kadena Leonardo Marques Tezza Rosane Michelli de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9951904024	
CAPÍTULO 5	49
ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado Paula da Silva Vidal Cid Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9951904025	
CAPÍTULO 6	64
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	
Antonia de Abreu Sousa Elenilce Gomes de Oliveira Maria das Dores Viterbo Pereira Rhayane Hetley Santos de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904026	
CAPÍTULO 7	74
A PRÁTICA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Nadja Regina Sousa Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904027	

CAPÍTULO 8	80
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E ENSINO RELIGIOSO: ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	
Fernanda Batista do Prado Nilce Vieira Campos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904028	
CAPÍTULO 9	92
FORMAÇÃO DOCENTE: SABERES E DILEMAS	
Daniela Fernandes Rodrigues Farbênia Kátia Santos de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.9951904029	
CAPÍTULO 10	102
PROFESSORES INICIANTES E SUA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAÇÃO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040210	
CAPÍTULO 11	115
A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO TECNOLÓGICO E O DESAFIO ÀS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO AMAZONAS	
Maria do Carmo Ferreira de Andrade Ana Cláudia Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.99519040211	
CAPÍTULO 12	126
TECNOLOGIA E PEDAGOGIA NO ENSINO A DISTÂNCIA DE ENGENHARIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO	
Manuel Gradim de Oliveira Gericota André Vaz da Silva Fidalgo Paulo Alexandre Duarte Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040212	
CAPÍTULO 13	135
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFESSORES	
Ricardo Rafaell da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.99519040213	
CAPÍTULO 14	140
TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: CONHECENDO OS ENTRAVES	
Mônica Izilda da Silva Adriana Vaz Eféisio Emanuel Marianna Centeno Martins de Gouvêa	
DOI 10.22533/at.ed.99519040214	

CAPÍTULO 15 147

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Priscilla Aparecida Santana Bittencourt
João Pedro Albino

DOI 10.22533/at.ed.99519040215

CAPÍTULO 16 152

O USO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM QUÍMICA

Cezar Nonato Bezerra Candeias
Luis Henrique Pereira de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.99519040216

CAPÍTULO 17 162

ADAPTAÇÕES NO USO DOS JOGOS DIDÁTICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO MUNICIPAL DE FORTALEZA

Eliziete Nascimento de Menezes

DOI 10.22533/at.ed.99519040217

CAPÍTULO 18 169

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO DIGITAL: UMA PERCEPÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL

Valéria Pinto Freire
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho
Luciano Matos Nobre

DOI 10.22533/at.ed.99519040218

CAPÍTULO 19 191

ABORDAGEM METODOLÓGICA DE CHARGES EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.99519040219

CAPÍTULO 20 197

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EM PSICOPEDAGOGIA: AS DIFICULDADES DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Gabriella Rossetti Ferreira
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040220

CAPÍTULO 21 208

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO TÉCNICO: OLHARES, QUESTIONAMENTOS E CAMINHOS

Denise de Almeida Ostler
Eduardo Calsan

DOI 10.22533/at.ed.99519040221

CAPÍTULO 22 216

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL: CONCEITOS, PRÁTICAS E CAPACIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO OS MESTRANDOS

Adilene Gonçalves Quaresma

Ari Silva Gobira

Eva Prado

DOI 10.22533/at.ed.99519040222

CAPÍTULO 23 230

LÍNGUA OU LÍNGUAS PORTUGUESAS? A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Alexandre António Timbane

Zacarias Alberto Sozinho Quiraque

DOI 10.22533/at.ed.99519040223

CAPÍTULO 24 251

O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE

Amílcar Célio França Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.99519040224

CAPÍTULO 25 263

UMA VIVÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DO RAP E DA POESIA.

Andrey Soares Pinto

Mariana Aragão de Macêdo

Jéssica Laine Ramos Tavares

DOI 10.22533/at.ed.99519040225

CAPÍTULO 26 268

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EVASÃO ESCOLAR: entre o utopismo dialético e a distopia atual

Sandro José Costa Rebouças

Catarina Angélica Antunes da Silva

Bruno Chagas Carneiro

Gilson de Sousa Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.99519040226

CAPÍTULO 27 276

AÇÃO EDUCATIVA E REFORMADORA EM PORTUGAL: A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.99519040227

CAPÍTULO 28 290

APRENDIZAGEM: COMO EDUCADORA E EDUCADOR SOCIAL, O QUE É FUNDAMENTAL SABER SOBRE O TEMA?

Juliana dos Santos Rocha

Marlise Silva Lemos

Tamires Pinto Alves

DOI 10.22533/at.ed.99519040228

CAPÍTULO 29 302

ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA UTILIZADOS EM CATALÃO, GOIÁS

Suelen Oliveira
Ana Flávia Vigário

DOI 10.22533/at.ed.99519040229

CAPÍTULO 30 314

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NAS PRÁTICAS ESCOLARES DO ENSINO BÁSICO CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA “PARA/COM” CRIANÇAS

Natalia Barboza Netto

DOI 10.22533/at.ed.99519040230

CAPÍTULO 31 325

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2013 - 2016

Maria Judivanda da Cunha
Bernardino Galdino de Senna
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araujo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.99519040231

CAPÍTULO 32 333

GÊNERO TEXTUAL ORAL DA ESFERA RELIGIOSA: ESTUDO DA PREGAÇÃO

Angélica Prestes Rosas
Letícia Jovelina Storto
Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040232

CAPÍTULO 33 342

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO PROJETO ESCOLA LABORATÓRIO: DIALÓGOS E APROPRIAÇÕES MEDIADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mayara Broxado Dias
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa
Ilana Fernandes da Silva
Natalia Ribeiro Ferreira
Cláudia Andréia dos Santos Cardoso
Vandercléia de Jesus Sousa Martins
Dinair da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.99519040233

CAPÍTULO 34 349

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Herika Paiva Pontes
Luana de Sousa Oliveira
Rafaela Lima Nascimento
Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim
Geraldo Bezerra da Silva Júnior
Mirna Albuquerque Frota

DOI 10.22533/at.ed.99519040234

CAPÍTULO 35 357

ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS

[Jefferson Dagmar Pessoa Brandão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040235

CAPÍTULO 36 367

UM ESTUDO SOBRE O MATERIAL APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: NA VISÃO DOS ALUNOS

[Sônia Aparecida Siquelli](#)

[Carlos Eduardo Negrão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040236

CAPÍTULO 37 376

“EU TROPEÇO, MAS NÃO DESISTO”: CONDIÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS QUE JUSTIFICAM A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES DE REDES PÚBLICAS E PRIVADAS NA PROFISSÃO

[Rodnei Pereira](#)

[Luciana Andréa Afonso Sigalla](#)

[Lisandra Marisa Príncipe](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040237

SOBRE A ORGANIZADORA..... 388

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GOIÁS

Kênia Guimarães Furquim Camargo

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Rio Verde – Goiás

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia – Goiás

Márcia Campos Moraes Guimarães

Universidade Federal de Uberlândia

Rio Verde – Goiás

RESUMO: O presente trabalho encontra-se vinculado aos estudos e pesquisas (em andamento) sobre a História da Educação goiana, na primeira metade do século XX. O estudo se orienta pelos objetivos de: explicitar e compreender o processo a formação docente em Goiás. Nesse sentido, o texto tem ainda como propósito analisar a vinda da Missão Pedagógica Paulista para Goiás, a atuação desse grupo de professores, suas influências, assim como do movimento da Escola Nova, seus marcos históricos, relacionando sua atuação junto à formação de professores nesse recanto do país. Para a realização da pesquisa que estamos desenvolvendo, partimos das fontes encontradas no Arquivo Estadual do Estado de Goiás, localizado em Goiânia e na Fundação Educacional – Casa Frei Simão Dorvi, localizada na Cidade de Goiás. Serão lidas à luz dos

referenciais teóricos e metodológicos da Nova História e História Cultural, para as análise sobre a educação goiana, mais precisamente sobre a formação docente e a compreensão do modelo formativo proposto pelo governo do Estado de Goiás, durante a primeira metade do século XX, explicitados em documentos como: leis, decretos, regulamentos da instrução pública, periódicos locais e mensagens dos Presidentes do Estado por constituírem valiosas fontes de pesquisa e de análise do objeto. A partir dos estudos realizados até o presente momento é possível perceber que a educação goiana foi fortemente influenciada pelo movimento da Escola Nova.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, Formação docente, Escola Nova.

ABSTRACT: The present study is linked to studies and research (in progress) on the History of Education in Goiás in the first half of the twentieth century. The study is guided by the following objectives: clarifying and understanding the process of teacher education in Goiás. In this sense, the text also intends to analyze the coming of the Paulista Pedagogical Mission to Goiás, the performance of this group of teachers, its influences, as well as the movement of the New School, its historical landmarks, relating its work with the education of teachers in this part of the country. In order to

carry out the research we are developing here, we start with the sources found in the Archive of the State of Goiás, located in Goiânia, and in the Educational Foundation - Casa Frei Simão Dorvi, located in the city of Goiás. They also give us theoretical contributions to analyze and understand periods, customs, feelings, among other traces. They will be read in the light of the theoretical and methodological references of the New History and Cultural History, for the analysis of education in Goiás, more precisely on teacher education and the understanding of the formative model proposed by the Goiás State government during the first half of the twentieth century, explained in documents such as laws, decrees, regulations of public instruction, local periodicals and messages of Presidents of the State for being valuable sources of research and analysis of the object. From the studies conducted up to the present moment, it is possible to perceive that education in Goiás was strongly influenced by the New School movement.

KEYWORDS: History of Education, Teacher Education, New School.

1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre a história da educação goiana, na primeira metade do século XX, estabelece-se como exercício inicial de reflexão, buscando explicitar e compreender o processo de formação docente em Goiás.

Este texto justifica-se pela necessidade de compreensão do modelo formativo proposto pelo governo do Estado de Goiás, bem como explicitar ainda alguns fatos ocorridos na história da educação goiana, evidenciando a influência do movimento escolanovista no período em apreço por meio da atuação da Missão Pedagógica Paulista, composta por um grupo de professores oriundos do Estado de São Paulo que vieram para Goiás após acordo entre os governadores dos Estados de Goiás e São Paulo, com o objetivo de atuar na formação dos professores goianos na primeira metade do século XX.

Para realizar este estudo optou-se por uma metodologia que está fundamentada nos referenciais teóricos e metodológicos da Nova História Cultural. Tal metodologia é adequada porque proporciona o levantamento de dados necessários para investigar fatos implícitos e explícitos do objeto aqui apresentado, cujos princípios e pressupostos teóricos de análise possibilitam ainda:

A construção do conhecimento histórico sobre os indivíduos e grupos, que dão sentido à sua visão de mundo, suas condutas e práticas sociais ao construírem suas representações sobre o real e traduzirem a experiência do vivido e não vivido (ALMEIDA, 2009, p. 32).

A operacionalização deste trabalho implica um estudo bibliográfico que permitirá levantar dados empíricos que subsidiarão as análises a serem realizadas, bem como a utilização de algumas fontes, como, periódicos da época e as Atas do Congresso Legislativo goiano, referentes ao período em tela. Dentre as publicações periódicas em revistas e jornais destacamos a Revista da Educação e o Correio Oficial.

Após esta introdução apresenta-se aqui a organização do presente estudo. Primeiro foi realizado uma breve abordagem da história da educação de Goiás e sua história. Em seguida, descreve-se a atuação da Missão Pedagógica Paulista na formação dos professores do ensino primário do Estado, bem como professores e alunos do Curso Normal da Capital, de acordo com os princípios da pedagogia moderna. Nesse sentido, o texto tem como proposta analisar a vinda desse grupo de professores para Goiás, seus marcos históricos, relacionando sua atuação junto à formação de professores nesse recanto do país.

2 | HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

A educação, em Goiás, assim como em boa parte do Brasil, segundo os apontamentos de Barra (2011), foi pensada como forma de civilizar a população, com o intuito de criar uma identidade regional associada à nacional que começava a ser inventada a partir dos meados dos anos oitocentos, haja vista que:

[...] o projeto de educação da sociedade goiana se inscreve na esteira da modernidade, é portanto de um paradigma cultural que se antecipava, mas também visava instituir modos capitalistas de produção. Guiava-se por uma racionalidade que creditava à educação a construção de uma identidade supostamente necessária à definição da região e, daí pertencimento à nação. (BARRA, 2011, p. 24).

Partindo dessa perspectiva, compreendemos que o processo de urbanização, a partir das primeiras décadas do século XX, promoveu grandes avanços no que se refere à educação. A instrução da população passou a ser apontada como imprescindível para a formação do cidadão. Nesse sentido, a educação passou a ser vista como solução para todos os problemas da nação.

É fato que a desfavorável situação geográfica do Estado de Goiás contribuiu para o isolamento da província goiana em relação ao Brasil e isso permaneceu como marca fundamental da sociedade até o início do século XX, aliada, é claro, às injunções políticas, que também contribuíram para que a cultura registrasse um progresso lento no Estado, até a década de 1930.

Cabe dizer que, até essa década a realidade do país, concebida pelo padrão econômico agrário-exportador, o sistema educacional estava direcionado tão somente para o atendimento dos interesses oligárquicos. O processo educativo, que vigorara na Primeira República não atingiu todos os setores da educação. Contudo, o novo tipo de educação se instaurou, na época, como desestruturador das bases constituidoras do Estado oligárquico. Sendo assim, começa a delinear um novo espaço educacional, que foi expressão e manifestação do novo padrão econômico que deveria se fortalecer.

Diante dessa situação, com relação à discussão dos problemas decorrentes das modificações que a sociedade brasileira vinha vivenciando e discutindo, Nepomuceno (1994) explicita a ideia de que os diferentes grupos que a compunham atentaram para

a estrutura do ensino em todos os seus níveis e, principalmente, para a natureza da educação que vinha se processando no interior da sociedade. Ainda segundo a autora:

Tratava-se, pois, de substituir aquela formação bacharelesca por outra que, apoiando-se no sabre “racional” e “científico”, fosse capaz de controlar, planejar e coordenar a marcha da sociedade na direção do progresso. Isto era pré-condição para a reconstrução social, reconstrução esta que por sua vez exigiu como condição a erradicação do analfabetismo: “instrução para todos” passou a ser a expressão de ordem para alcançar o progresso, que garantiria para o Brasil um lugar no concerto das “nações civilizadas” (NEPOMUCENO, 1994, p. 23).

Nesse contexto, foi verificado que o analfabetismo era a principal causa de todos os males da sociedade. Diante de tal fato, pode-se explicitar que a educação popular como base da organização social, foi apontada, portanto, como o primeiro problema nacional. Ao mesmo tempo, “elegeram e passaram a indicar a instrução do povo como o remédio adequado para a cura de todos os males da nação” (NAGLE, 1985, p. 259).

O problema em questão só poderia ser resolvido mediante a instituição de uma escola pública, universal e gratuita, tendo como propósito produzir um novo homem, e assim, uma nova sociedade, pela ação redentora da educação.

Assim,

O clima decorrente deste debate transformou os anos vinte (e também os anos trinta) numa época de efervescente discussão ideológica, favorecendo o afloramento dos “nacionalismos”, dos “entusiasmos” e dos “otimismo”. Para além das propostas específicas que estes “ismos” veicularam, referentes à qualidade das mudanças reivindicadas, evidenciou-se como base comum a crença, real ou meramente proclamada, na construção de uma nova sociedade através da educação escolar. Recuperou-se, então, no bojo da efervescente discussão do conjunto dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que emergiram nos anos que antecederam o ideário escolanovista, já veiculado no final do século XIX e primeiros anos do século XX (NEPOMUCENO, 1994, p. 24).

A despeito desse contexto histórico de debates, disputas e rupturas políticas, econômicas, sociais e culturais, pode-se afirmar que, tal política foi percebida como mecanismo adequado capaz de reformar e construir uma nova sociedade, como pregavam os defensores dos ideais escolanovistas.

Na década de 1920 e início de 1930, no plano educacional, tudo estava por ser feito em Goiás. O índice de analfabetismo chegara em 98%, em 1930. Na época, o Estado contava com apenas um jardim de infância e o ensino primário funcionava em todas as modalidades somente na Capital, no interior funcionava de forma bem restrita. Vale dizer ainda, que o Liceu de Goyaz era o “único estabelecimento oficial equiparado de ensino secundário existente no Estado”.

Nessa compreensão percebemos que o sistema educacional no Estado de Goiás, no período em tela, apresentou-se de forma bastante incipiente, embora houvesse leis quanto à obrigatoriedade de instrução para as crianças com idade de 7 a 14 anos, Silva (1975) destaca que o sistema de ensino no Estado não foi realmente implantado devido a vários motivos, como: baixa remuneração e até mesmo a desqualificação dos professores, evasão escolar, isolamento da capital de Goiás com relação aos

grandes centros, desorganização didático-administrativa e aos reduzidos recursos a serem destinados à instrução pelos cofres públicos, razões essas que levaram à falta de escolas no Estado.

Em 1928, surge como arquiteto da Escola Nova goiana, o Secretário do Interior e Justiça, César da Cunha Bastos, que “dispondo de recursos públicos e auxiliado pelo toque artístico dos trabalhadores, transformou o espaço da usina em Palácio da Instrução” (BRZEZINSKI, 2008, p. 18).

Contudo, foi ainda, neste governo que, segundo Brzezinski (1987, p. 67), Cunha Bastos deu “início a campanha para a autonomização da Escola Normal, que logo se encerraria com resultados positivos”.

Na década de 1930, no governo do presidente Alfredo Lopes de Moraes, que José Gumercindo Marques Otéro, Secretário do Interior e Justiça, instituiu a reforma geral do ensino pela Lei nº 908, de 29 de julho de 1930, que regulamentava o ensino normal e complementar, bem como organizava o ensino em geral, apesar de que, a reforma havia iniciado no findar de 1929 no que se refere a preparação dos professores à luz da pedagogia moderna.

Diante de tal fato pode-se explicitar que a reforma de Gumercindo Otéro começou pela escola primária, que era a base do sistema escolar, com o intuito de reestruturar o ensino e substituir a pedagogia tradicional pela nova pedagogia.

Para democratizar as oportunidades de acesso ao ensino primário seria inevitável reduzir o alto índice de analfabetismo no Estado. Então, era mesmo indispensável preparar os professores de que o Estado não dispunha. Foi nesse momento que Marques Otéro contou com o apoio dos reformista precusores, paulistas, cuja influência já se tornara rotineira aos goianos.

3 I NOS RASTROS DA HISTÓRIA: A ATUAÇÃO DA MISSÃO PEDAGÓGICA PAULISTA

No que diz respeito à história da formação docente em Goiás, a partir da instalação da primeira Escola Normal, faz-se necessário destacar que desde o período imperial, as reformas instituídas nessa modalidade de ensino marcaram de forma decisiva a configuração do ensino normal em Goiás, permitindo possuir um caráter mais profissional o curso destinado à formação de professores primários do Estado.

Vale ressaltar que após o Ato adicional de 1834, os governos das províncias do Império tinham como tarefa a de “desenvolver o ensino elementar e de preparar o pessoal docente para as escolas que fossem criadas” (FURTADO, 2007, p. 48). Dentro dessa perspectiva é que as Escolas Normais brasileiras foram instituídas, com o objetivo de formar professores para atuarem no ensino primário, sendo este o responsável pela educação dos jovens cidadãos.

Em suas contundentes observações, Mendonça destaca a ideia de que:

No decorrer da história das Escolas Normais, prevaleceu a preocupação com a inculcação de padrões morais e religiosos convenientes ao Estado. Não houve interesse na formação intelectual de seus mestres. Na prática, a formação de professores nasceu atrelada ao serviço de inspeção, pois fazia-se necessário garantir rígido controle sobre os professores para “não gastar tempo e dinheiro com a formação”. O professor, antes de tudo, tinha que se conscientizar que sua função era de disseminador da moral pregada pela classe senhorial, já que a Escola Normal nasceu ligada à consolidação do poder dos grandes senhores proprietários (MENDONÇA, 2005, p. 67).

Importa, ainda, registrar que o currículo das escolas normais era baseado “na reprodução de conteúdos que eram transmitidos nas escolas primárias, particularizando-se por uma metodologia de alfabetização fragilizada” (MENDONÇA, 2005, p. 60-61).

Em 1889, com a instalação do regime republicano houve a preocupação em fortalecer os ideais do novo regime e massificar a educação do povo brasileiro, fazendo com que as antigas escolas isoladas fossem terrivelmente criticadas por políticos e intelectuais republicanos devido sua deficiência, haja vista que:

Ler, escrever e contar eram as preocupações centrais do ensino nessas escolas. Dos (as) professores (as) que nelas ensinavam eram exigidas, como elementos fundamentais de sua competência, a capacidade de ensinar e a idoneidade moral. Nesse contexto, o conhecimento escolarizado era o conhecimento do (a) professor (a), que em muito confundia-se com a própria cultura da população, da qual ele (a) era oriundo (a) e participante. (FARIA FILHO; VAGO, 2000, p. 34).

Assim, por meio das primeiras reformas republicanas é que houve a preocupação com o desenvolvimento do ensino primário, bem como do normal, tanto do ponto de vista qualitativo, quanto do quantitativo. Os indivíduos deveriam estar adaptados às exigências de um novo regime que exigia dos mesmos, novas condutas.

Mesmo com as dificuldades que o ensino normal sofreu com as reformas das primeiras décadas republicanas, estas começaram a se firmar como estabelecimentos responsáveis pela formação de professores primários. Formar docentes capacitados por meio das Escolas Normais, tornou-se, então, necessário.

Cabe ressaltar que as escolas normais só conseguiram se desenvolver após 1930. Até então, foram apenas experiências que não deram resultados positivos. Diante dessas constatações, podemos visualizar que este percurso inconstante da formação docente trouxe sérias complicações para a formação de professores no país.

No que diz respeito à mediação de ideias referente aos processos de ensino e métodos oriundos de outros Estados do país, Goiás contou com a forte influência dos Estados de São Paulo e Minas Gerais para alavancarem a reforma educacional no Estado, com o intuito de promover mudanças na educação pública, apoiados na Missão Pedagógica Paulista, orientados pelos princípios da pedagogia moderna.

Em relatório ao presidente do Estado Alfredo Lopes de Moraes, Gumercindo Otéro justifica a Reforma instituída e a vinda dos professores paulistas, como se pode constatar:

Consoante a moderna orientação pedagógica, que vêm seguindo São Paulo e outros Estados Brasileiros, era inadiável que Goiás, pelo seu elevado número de escolas;

grupos escolares, escolas normais e pela sua população, procurasse adotar novos métodos de instrução, que esta unificasse, sistematizasse e aparelhasse, de acordo com o grau de adiantamento da metodologia moderna (GOIÁS, 1930, p. 12).

É a partir desse contexto, que o Presidente do Estado Alfredo López de Moraes designou José Gumerindo Marques Otéro, Secretário do Interior e Justiça para resolver os problemas referentes à instrução pública no Estado. Diante da situação educacional de Goiás, Otéro propõe a vinda dos professores paulistas, os quais viriam para colaborar com o preparo dos professores do Estado. Assim,

O padrão das escolas paulista e mineira prevaleceu desde os primeiros tempos, fato que encontra explicação na própria incipiência educacional de Goiás (impotente ainda para tentar o seu modelo) e no renome que, entre nós, usufruía o ensino daqueles Estados (SILVA, 1975, p. 238).

Face ao exposto, os documentos evidenciam que ao final da década de 1920, mais precisamente no ano de 1929, os docentes goianos puderam contar com as contribuições dos integrantes da Missão Pedagógica Paulista, que eram técnicos em formação de professores, composta pelos professores Humberto de Souza Leal, chefe da missão e técnico em ensino normal; José Cardoso, técnico em métodos pedagógicos e diretor de ensino; e Cícero Bueno Brandão, especialista em educação física escolar. Vieram para o Estado de Goiás encarregados em assumirem por um período a administração da Escola Normal e reformar o ensino normal e o ensino primário.

O Curso Pedagógico de Aperfeiçoamento ministrado pelos reformadores paulistas para os professores do ensino público primário, alunos e professores da Escola Normal, contemplou as seguintes temáticas: alfabetização (método analítico), didática da escrita, música, ginástica e didática prática que seria elaboração de cartazes e material de uso pedagógico.

O Curso Pedagógico de Aperfeiçoamento teve boa aceitabilidade pelos professores goianos como assevera Silva,

Dos métodos, objeto do programa do Curso Pedagógico de Aperfeiçoamento, alguns eram do conhecimento de professores que os aplicavam em suas aulas, como o método analítico, adotado no Grupo Escolar da Capital. O grande mérito do curso ministrado foi, por toda forma, o de trazer uma orientação pedagógica segura e atualizada a um número considerável de militantes do magistério goiano, da Capital e do interior do Estado (SILVA, 1975, p. 247).

Os integrantes da Missão Pedagógica Paulista não se limitaram à simples ministração teórica, bem como supervisionaram diretamente as aulas dos professores nas escolas da capital, com o propósito de acompanhar a evolução dos estudos realizados pelos participantes do curso que teriam que colocar em prática a nova metodologia.

Segundo o Secretário do interior, em artigo publicado na Seção Pedagógica, a contribuição dos professores integrantes da Missão Pedagógica Paulista, seria “oferecer aos professores goianos o domínio metodológico que conduziu São Paulo à

liderança da instrução nacional”.

Ainda em relação à intervenção paulista na reorganização do sistema educacional nos estados brasileiros, na década de 1920, Souza (2004) informa que:

A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambigüidades envolvendo atração, repúdio e apropriações diversas, e deve-se não somente à hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas também, e sobretudo, à visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos e estreitamente associadas aos ideais de modernização da sociedade brasileira. Educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública. Outro expediente utilizado foi o financiamento de visitas comissionadas ao estado paulista. (SOUZA, 2004, p. 118-119).

Diante do exposto, a partir das leituras referente a documentação encontrada até o momento, no que tange à Missão Pedagógica Paulista, nos leva à compreensão de que em Goiás, os profissionais paulistas reorganizaram a Escola Normal, contribuíram para a reestruturação do sistema de ensino primário, propuseram a elaboração de novos regulamentos de ensino, ministraram cursos de formação docente e cooperaram para a produção e difusão de conhecimentos pedagógicos e práticas de ensino assentados nos princípios escolanovistas.

Quanto à Escola Normal, Silva (1975), ressalta que:

Com a reforma, elaborou-se novo plano para o curso normal com inclusão das disciplinas de Psicologia, Pedagogia e Didática, Música e Higiene, além da ênfase especial dada à prática pedagógica. O estudo da Psicologia, como disciplina à parte do programa de Pedagogia, foi considerado grande inovação da reforma do ensino primário para que bem conhecesse a alma infantil e o desenvolvimento do educando (SILVA, 1975, p. 253-254).

Com o intuito de que as ideias lançadas pela Missão Pedagógica Paulista se propagassem de forma mais ampla em todo território goiano, foi instituída, como suplemento do Correio Oficial, a Seção Pedagógica, que seria um veículo de divulgação das inovações educacionais e dos ideais escolanovistas pelo Estado. Esta seria a primeira publicação goiana especializada em assuntos educacionais. Vale ainda dizer que Gumercindo Otéro foi o diretor dessa Seção e José Cardoso, integrante da Missão Pedagógica, seu redator chefe.

Contudo, verifica-se que o florescimento dos ideais escolanovistas, em Goiás, a partir de 1930, rumo à escola renovada novas medidas e ações foram implantadas consoantes ao novo programa educacional do Estado, conforme consta na Revista da Educação, eram:

Dar a Escola Primária do Estado todas as possibilidades da educação integral, física moral e intelectual do homem, de acordo com as exigências do meio. 2. Escolher dentre a elite de professores um corpo de técnicos para orientação e administração escolar. 3. Criar a Escola Rural adaptada às condições sociais e econômicas do meio e instituir em todo o Estado a Escola Nova ou Renovada. 4. Criar um Curso de aperfeiçoamento para os candidatos ao Magistério Primário e Normal para formação de um professorado a altura das exigências da Escola Nova.

A despeito dos documentos pesquisados até o momento, vale dizer que foram testemunhos de um determinado período histórico, produzidos sob determinadas condições e que segundo Le Goff (1984, p. 103), o “[...] documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu [...]”, portanto, cabe também, ao pesquisador, a tarefa de problematizar suas fontes como também identificar os limites do ver e do dizer de uma época, que devem ser observados e distendidos pelo pesquisador. Em palavras de Certeau:

[...] a pesquisa em história se faz em meio a limites, ela os reinventa, à medida em que as questões vão sendo colocadas. Cada pesquisa, nesse sentido, não é apenas a manifestação de um lugar, mas a sua demarcação e a sua problematização. Isso se dá em meio a diálogos, os quais às vezes podem surpreender. À medida em que o historiador vai tecendo a sua teia, ele o faz trocando idéias e informações com outros saberes, com outros sujeitos do pensamento e da ação cultural, e com isso os campos são dilatados, os percursos são transformados. (CERTEAU, 1982, p. 50).

Dessa forma, entendemos que os documentos colaboram para a reescrita da memória e da história da educação em Goiás. E ainda, cabe ressaltar que tais documentos foram testemunhos de um dado período histórico, produzidos sob determinadas condições e que devem ser lidos como parte de um processo de memorização constituído no próprio tempo dos acontecimentos, não podendo ser apreendidos como expressão absoluta da verdade, mas como rastros que ajudam a reconstruir o tempo histórico, ou, dito de outra forma, colaboram para a escrita da história da educação em Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como palavras finais, é nossa intenção ressaltar que a escrita da história é um saber que não faz ao acaso e é fruto do elo entre os sujeitos do passado e do presente localizados no espaço social a ser reconstruído e da relação que o pesquisador constrói com seu estudo.

Da educação em Goiás, vale dizer que apesar de haver obrigatoriedade de instrução para as crianças com idades de 7 a 14 anos, o ensino no Estado se apresentou de forma bastante insipiente até as primeiras décadas do século XX, não se efetivando como deveria.

Diante desse contexto, verifica-se a falta de preocupação por parte do poder público em relação à carência quanto a oferta de educação para as crianças em idade escolar. Esta realidade pode ser constatada diante dos dados apresentados por Paiva (2003), onde confirma que em 1920 para os 511.000 habitantes do Estado havia apenas 10.000 alfabetizados, ou seja, era imprescindível combater o analfabetismo que alcançava 98% da população goiana.

A partir dos anos de 1930, é que o movimento escolanovista se fortalece em Goiás, sob a influência, principalmente, do Estado de São Paulo. Dessa forma, o Estado assumia a hegemonia paulista e adotava como parâmetro o seu sistema de ensino, que vinha sendo influenciado pelo movimento da pedagogia moderna desde o século XIX.

Contudo, os profissionais paulistas, integrantes da Missão Pedagógica Paulista, contribuíram com a reforma educacional em Goiás, pautada nos princípios da Escola Nova. Orientaram a implantação da reforma do ensino primário e normal no Estado, bem como conduziram a elaboração de novos regulamentos de ensino, promoveram cursos de aperfeiçoamento docente colaboraram para a produção e disseminação de conhecimentos pedagógicos e práticas de ensino assentados na metodologia moderna.

De certa forma, é possível dizer que, com os cursos de aperfeiçoamento docente os reformadores integrantes da Missão Pedagógica Paulista preocuparam-se em organizar de forma a investir na melhoria da qualidade da formação do professor primário. Dessa forma, pretendiam formar uma elite intelectual que atuasse nas escolas públicas primárias, de modo a obter um efeito multiplicador na melhoria da qualidade do ensino em Goiás.

REFERÊNCIAS

BARRA, Valdeniza Maria Lopes. **Estudos de História da educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: PUC, Goiás, 2011.

BRZEZINSKI, Iria. Escola Normal de Goiás: Nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento. In: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 279 – 298.

_____. **A formação do professor para o início da escolarização**. Goiânia: UCG/SE, 1987.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VAGO, Tarcísio Mauro. João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação**, 2000. p.33-47.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto – SP (1944 – 1964)**. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GOIÁS. **Jornal CORREIO OFICIAL**, ano LXXIV, nº 1.693, **Seção Pedagógica**, ano I, nº 1, de 6 de maio de 1930. Arquivo Histórico Estadual.

_____. ano LXXV, nº 1.702, de 31 de maio de 1930. Arquivo Histórico Estadual.

_____. ano LXXV, nº 1.710, **Seção Pedagógica**, ano I, nº 2, de 21 de junho de 1930. Arquivo Histórico Estadual.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **Memória e História**. Enciclopédia Enaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

MENDONÇA, Zilda. G. de C. **A História da Formação Docente**: a singularidade da Escola Normal de Rio Verde, GO (1933-1974). Goiânia: Asa, 2005.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU/Editora da USP, 1985.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica**: estado, sociedade e educação em Goiás (1930-1945). Goiânia: UFG, 1994.

REVISTA DA EDUCAÇÃO. **Goiânia, Órgão da Diretoria Geral do Interior, n. 2, p. 8-9, nov./dez.** 1937.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição educacional em Goiás**. Goiânia, Oriente, 1975.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 109-161.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-099-5

